

Evento	Reunião do Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais (CGPD)
Data	8/2/2023
Horário	11h
Local	Híbrida – Sala de Reuniões da Presidência e Google Meet
Presentes	<ul style="list-style-type: none">– Desembargadora Coordenadora, Ana Paula Pellegrina Lockmann;– Juiz Auxiliar da Presidência e Encarregado, Levi Rosa Tomé;– Juiz Auxiliar da Corregedoria Regional, Carlos Eduardo Oliveira Dias;– Diretor-Geral, Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser;– Simone Möller Arruda, Secretária-Geral da Presidência Substituta;– Secretário da Corregedoria, Vlademir Nei Suato;– Assessora de Gestão Estratégica, Iara Cristina Gomes;– Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações, Herbert Wittmann;– Assessora da Escola Judicial, Denise Pereira Toniolo;– Assessora Jurídica, Débora Cristina Oliveira Pazzianotto;– Chefe da Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês, Patricia Luchi Pesce;– Coordenadora de Sustentabilidade, Acessibilidade e Integridade, Helen da Silva Paes de Souza.
Ausências justificadas	<ul style="list-style-type: none">– Desembargadora Ouvidora, Antonia Regina Tancini Pestana;– Secretária-Geral da Presidência, Adriana Martorano Amaral Corsetti;– Secretário-Geral Judiciário, Paulo Eduardo de Almeida.
Pauta / Assuntos	<ul style="list-style-type: none">- Plano de Resposta a Incidentes de Informação (retomada do assunto, tendo em vista a compilação de manifestações dos membros do Comitê encaminhadas por e-mail pela Assessoria de Gestão Estratégica);- PROAD 16041/2022 - Relatório de Feedback elaborado pelo Tribunal de Contas da União - TCU no tocante à adequação deste Tribunal à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (nova manifestação do Encarregado acerca de informação da Assessoria de Gestão Estratégica);- PROAD 161/2023 - solicitação formulada via e-mail pelo Senhor José Augusto da Silva Tancredi, advogado inscrito na OAB/SP sob nº 325.274, pela qual requer a listagem dos Juizes Classistas que foram vinculados a este Tribunal (análise do parecer do Encarregado);- PROAD 33241/2022 - pedido de compartilhamento de informações relativas às sentenças proferidas no âmbito do Fórum Trabalhista de São José do Rio Preto/SP (para análise do CGPD e posterior manifestação do Comitê Gestor Regional do PJe, em ordem inversa, a pedido da Excelentíssima Desembargadora Luciane Storer, Coordenadora do Comitê Gestor Regional do PJe - Observação: análise do parecer do Encarregado).

A Excelentíssima Desembargadora Ana Paula Pellegrina Lockmann, Coordenadora do Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais (CGPD), iniciou a reunião cumprimentando a todos e explicando que o Comitê, instituído em abril de 2021, teve a composição atualizada, assim como o Grupo de Trabalho Técnico, sendo esta a primeira reunião com a nova formação.

Os assuntos, ainda assim, são sempre novos e sensíveis, por tratarem da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), principalmente em órgão público.

Alguns detalhes da mencionada LGPD, inclusive, estão disponíveis no site do Tribunal (com acesso pelo menu em Legislação - Lei Geral de Proteção de Dados ou também clicando no botão “Lei Geral de Proteção de Dados” ao rodapé da página principal), para informações ao público interno e externo.

A Excelentíssima Coordenadora destacou, ainda, a importância da primeira composição do Comitê, com registro de agradecimento à Excelentíssima Juíza Encarregada à época, Lúcia Zimmermann, aos antigos integrantes e à Assessora Débora Cristina Oliveira Pazzianotto, bem como registrou a formalização da Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês (DACC).

Tecidas as considerações iniciais, Dra. Ana Paula abriu a pauta - compartilhada anteriormente pelo Google Agenda -, cujo primeiro assunto cuida do Plano de Resposta a Incidentes de Informação, demanda apontada pelo Tribunal de Contas da União e cujas providências já estavam em andamento no ano de 2022.

- **Plano de Resposta a Incidentes de Informação** (retomada do assunto, tendo em vista a compilação de manifestações dos membros do Comitê encaminhadas por e-mail pela Assessoria de Gestão Estratégica):

Dra. Ana Paula solicitou a manifestação da lara, que explicou que o Plano está minutado para eventual aprovação do Comitê, servindo para prevenir incidentes de comunicação e transparência, a ser disponibilizado no site.

Houve, anteriormente, ponderações da Dra. Lúcia Zimmermann e da Lara de Paula Jorge, as quais foram adaptadas pela Assessoria de Gestão Estratégica e enviadas ao Comitê, por e-mail.

Da mesma forma, Dra. Ana Paula propôs que fosse enviado o Plano de Resposta para leitura de todos os novos membros do CGPD. lara complementou, sugerindo a publicação na página do Tribunal e o envio para o público interno do Regional.

Adlei indagou se seria interessante enviar o Plano de Resposta ao CSJT, TST, ou ao TCU, por exemplo, ao que lara explicou que o TCU tem acompanhado a evolução do Tribunal no que tange à LGPD, além de que esse plano é um documento dentro do Plano de Ação de adequação do TRT15 à LGPD, que está em andamento e é acompanhado pelo CSJT (disponível nos PROADs 18133/2021 e 18234/2020).

O Comitê, então, concordou em ratificar o Plano de Resposta a Incidentes e aprovar a publicação no portal do Tribunal - na aba da LGPD - e o envio por e-mail a todos os magistrados e servidores.

- **PROAD 16041/2022** - Relatório de Feedback elaborado pelo Tribunal de Contas da União - TCU no tocante à adequação deste Tribunal à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (nova manifestação do Encarregado acerca de informação da Assessoria de Gestão Estratégica):

Este processo trata exatamente do que o Comitê discutiu acima, sobre a implantação dos parâmetros da LGPD no Tribunal.

Na coleta anterior de informações, o TCU classificou o TRT15 como iniciante, em análise realizada de novembro de 2020 a maio de 2021 - fase em que se implantava o Comitê no Tribunal. No entanto, na auditoria do CSJT o Tribunal já se encontra como avançado.

Dr. Levi sugere a publicação do resultado e das constatações da evolução que o Regional obteve no período.

Dra. Ana Paula submeteu ao Comitê, que aprovou a proposta do Encarregado.

- **PROAD 161/2023** - solicitação formulada via e-mail pelo Senhor José Augusto da Silva Tancredi, advogado inscrito na OAB/SP sob nº 325.274, pela qual requer a listagem dos Juizes Classistas que foram vinculados a este Tribunal (análise do parecer do Encarregado):

Dr. Levi relatou que o pedido envolve dados pessoais e que a lista seria de todos os que em algum momento já foram classistas.

Comitê aprovou o parecer do Juiz Encarregado, pelo não compartilhamento de dados.

- **PROAD 33241/2022** - pedido de compartilhamento de informações relativas às sentenças proferidas no âmbito do Fórum Trabalhista de São José do Rio Preto/SP:

Dra. Ana Paula explicou que, a pedido da Excelentíssima Desembargadora Luciane Storer, Coordenadora do Comitê Gestor Regional do PJe, a análise deste PROAD será realizada primeiramente pelo CGPD e depois por aquele Comitê, ambos atendendo à determinação do Excelentíssimo Desembargador Presidente, Samuel Hugo Lima.

Dr. Levi completou que, neste pedido da OAB de São José do Rio Preto, constam 27 temas operacionais, envolvendo dados sensíveis e pessoais, o que necessitaria da aprovação prévia do titular dos dados.

O parecer, no entanto, aponta que é viável autorizar o fornecimento, desde que obedecidos alguns critérios, tais como obrigatoriedade de anonimização ou consentimento do pesquisado, assim como demonstração da destinação dos dados depois da utilização na pesquisa.

Dr. Carlos Eduardo manifestou preocupação com o volume de dados e de documentos das sentenças, especialmente por não haver tabela de assunto disponível para o 1º Grau, por exemplo, além de ser possível sugerir a consulta de dados por pesquisa de jurisprudência do 2º Grau.

Herbert esclareceu que há a necessidade de restrição de acesso aos dados para não facilitar a criação de perfis de julgamento de determinado magistrado, órgão julgador ou Tribunal, bem como a preocupação com o perigo de compartilhamento de listas, venda de dados e uso indevido.

Com essas avaliações, o Comitê aprovou a viabilidade, mas condicionando ao respeito aos limites estabelecidos no parecer do Encarregado. A questão seguirá para análise do Comitê Gestor Regional do PJe.

Ao final, a Excelentíssima Desembargadora Coordenadora comentou sobre a agenda anual já compartilhada, com reuniões bimestrais, recebendo aprovação de todos os participantes. Agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 12h.

Ata preparada por	Patricia Luchi Pesce	Em	8/2/2023
Ata aprovada por	Desembargadora Ana Paula Pellegrina Lockmann	Em	10/2/2023